



INDICAÇÃO

Referência: ACÓRDÃOS DO TJ-SP QUE INVALIDAM CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIAS EM CONTRATOS DE FRANQUIA, SE O FRANQUEADO TORNAR-SE HIPOSSUFICIENTE. POSSIBILIDADE DE SE FIRMAR JURISPRUDÊNCIA NESSE SENTIDO. NECESSIDADE DE PARECER PARA FOMENTAR DEBATES.

Palavras-chave: Arbitragem – Lei nº 9.307/1996 (*“Lei de Arbitragem”*) –Cláusula Arbitral –Contrato de Franquia– Validade

Senhor Presidente,

– I –

INTRODUÇÃO

Duas decisões da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, Apelação nº 1003513-24.2020.8.26.0271, relator Des. Alexandre Lazzarini e Apelação nº 1006072-45.2021.8.26.0100, relator Des. Cesar Ciampolini, j. 22.12.2022, afastaram a validade de cláusula compromissória firmado pelas partes e constante de contratos de franquia, permitindo que o litígio entre franqueador e

franqueado prosseguisse perante o Poder Judiciário, em razão da suposta hipossuficiência do franqueado.

Essas decisões receberam significativa repercussão negativa tanto na comunidade arbitral, quanto no setor de franquias.

Na comunidade arbitral, por terem estabelecido um requisito de validade e eficácia da convenção arbitral que não consta da Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/1996), qual seja, a capacidade econômica das partes para arcar com os custos do procedimento arbitral. Pior, segundo as decisões, essa avaliação deve ser feita não só quando da contratação, mas também no momento quando surgir o litígio, o que acarreta em imensa insegurança jurídica. Esse entendimento pode se espalhar para outros setores econômicos, colocando em xeque a própria sobrevivência da arbitragem no Brasil, considerando que nunca se pode prever com total segurança, quando se firma cláusula compromissória, qual será a situação econômica da contraparte no futuro.

Por sinal, as referidas decisões vão contra a legislação brasileira. Por exemplo, a Lei de Falências, conforme reformada em 2020, preconiza que nem o processamento da recuperação judicial, nem a decretação da falência autoriza o administrador judicial a recusar a eficácia da convenção de arbitragem, não impedindo ou suspendendo a instauração de procedimento arbitral¹. Ora, se o insolvente que estiver em recuperação ou tiver sua falência decretada não pode se escusar de cláusula compromissória, carece de sentido que o franqueado supostamente hipossuficiente, porém não insolvente, possa usufruir desse benefício.

Para o setor econômico específico os efeitos dessa decisão mostram-se ainda mais danosos. Quantidade significativa de sistemas de franquias organizaram-se tendo como fundamento que eventuais disputas seriam resolvidas por arbitragem, o que pode ser desmontado se a jurisprudência consolidar-se no sentido das recentes decisões paulistas.

¹¹ Art. 6º, § 9º, da Lei de Arbitragem.

– II –

DA PERTINÊNCIA

A importância da matéria objeto dos acórdãos do TJ-SP reside no impacto avassalador não só no setor de franquias, que precisa saber se pode ou não contar com um sistema de resolução de conflitos fundado em jurisdição arbitral, como também no próprio desenvolvimento futuro da arbitragem no Brasil.

Dessa forma, entende-se que o Instituto dos Advogados Brasileiros poderia contribuir para esse debate, na forma de parecer com análise dos aludidos acórdãos e opinião acerca da validade e eficácia de cláusula compromissória em contratos de franquia, quando o franquiado tornar-se hipossuficiente.

– III –

CONCLUSÃO E PEDIDO

Postula-se, desse modo, não apenas pelo reconhecimento da pertinência da presente indicação, como também para que se dê seu encaminhamento à Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, para designação de relator e elaboração de parecer.

Sem mais, é a indicação.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023.

JOAQUIM TAVARES DE PAIVA MUNIZ

Membro Efetivo do IAB